

VERSO e REVERSO

educando o educador

Curso por Correspondência para
capacitação de professores de
Educação Básica de Jovens e
Adultos.

4

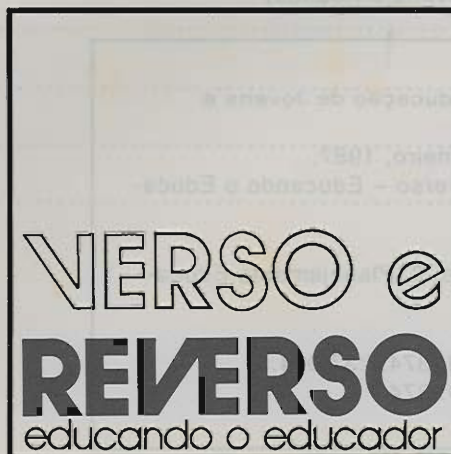
PLANEJAMENTO

Ministério da Educação — MEC
Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR

4

PLANEJAMENTO

Curso por Correspondência para
capacitação de professores de
Educação Básica de Jovens e
Adultos.



Rio de Janeiro 1987

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
© 1987 – Fundação EDUCAR
Av. Pasteur, 368 – CEP 22290 – Rio de Janeiro – RJ

Diretoria Técnica

Autoria:

Celina M. G. Soares de Moura e Maria José P. Bentes Leal

Colaboração:

Carmen Perrotta, Helena Alice Gélío Finamore e Maria Esther Provenzano

Supervisão:

Maria Núbia Barbosa Bonfim

Assessoria de Comunicação/Área de Textos e Editoração

Preparação e revisão de texto:

Luiz Augusto Pires Mesquita e Rita de Cassia Martins Costa Brito

Programação visual:

Silvio de Moura Dias

Diagramação e arte-final:

Ana Luísa Mello de Araújo, Fernando Bracet e Silvio Dias

FICHA CATALOGRÁFICA
(Preparada pela Fundação Nacional
para a Educação de Jovens e Adultos)

F981 Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.
Planejamento. Rio de Janeiro, 1987.
24 p.: 28cm. (Verso e Reverso – Educando o Educador, 4)

1. Educação de Adultos. 2. Planejamento Educacional. I. Título. II. Série.

87-21

CDU: 374.7:37.014.5
CDD: 374

Sumário

Apresentação	5
A Origem do Planejamento	7
Política Educacional e Planejamento	9
O Planejamento do Ensino	11
Para que Ensinar?	12
O que Ensinar?	13
Como Ensinar?	14
Como Avaliar?	16
O Plano de Aula	17
Conclusão	19
Glossário	20
Indicação Bibliográfica	22
Bibliografia	24

Apresentação Planejamento

O estudo desta unidade tem como principal objetivo refletir sobre a importância do planejamento na educação.

O planejamento deve ser visto como um processo que possibilita a concretização da proposta educacional que se quer desenvolver, ou a sua transformação, no sentido de atender mais coerentemente aos interesses dos grupos a que se destina.

A maneira como o professor planeja suas aulas (selecionando conteúdos e objetivos, propondo atividades e formas de avaliação) traz, implícita ou explicitamente, uma concepção de educação. O planejamento expressa, assim, a intenção educacional pretendida pelo professor.

Nesta unidade, estudaremos:

- A Origem do Planejamento;
- Política Educacional e Planejamento;
- O Planejamento de Ensino; e
- O Plano de Aula.

Esperamos, professor, que a leitura desta unidade possa trazer elementos de reflexão sobre sua prática de planejamento. E que esta prática possa, cada vez mais, responder às necessidades de seus alunos, permitindo que você enriqueça seu próprio trabalho e possa, também, influir na situação educacional que acontece em sua localidade.

A Origem do Planejamento

Atualmente, fala-se muito em planejamento. Planejar, entretanto, sempre foi uma necessidade em todos os campos da atividade humana. Desde que o homem, ao relacionar-se com a natureza, teve que agir para garantir a sua sobrevivência, ele refletiu sobre a melhor forma de fazê-lo. Ele planejou a sua ação.

Essa postura do homem – pensar sobre a sua realidade para agir transformando-a – reflete o sentido original do planejamento – processo dinâmico de reflexão-ação.

Até fins da **Idade Média**, o planejamento expressava-se muito mais como uma atitude, um modo de ser.

Foi com o desenvolvimento comercial e industrial, na Europa, que o planejamento começou a constituir-se numa forma de intervenção e controle da economia pelo poder do Estado.

Com o **capitalismo**, surge a necessidade da organização racional do trabalho e de uma forma específica de planejar, com vistas à obtenção de **lucro**.

Nas fábricas, era preciso controlar a entrada de matérias-primas, o ritmo das máquinas, as funções dos operários, os horários de trabalho, o nível dos salários, as vendas, o estoque, etc.

Até meados do século XIX, a intervenção que o Estado fazia na economia não era sistemática.

A partir daí, ela passa a ser permanente, buscando resolver problemas do próprio desenvolvimento da economia. Esse tipo de intervenção é o que se chama de Planejamento Econômico. Esse planejamento, enquanto forma de intervenção do Estado, não se limita às atividades econômicas, incluindo, também, todas as atividades da área social (saúde, habitação, transporte e educação, entre outras).

Para o Estado conseguir trabalhar de forma eficiente, precisou modernizar as suas instituições. Surge a questão da **racionalização** dos meios para o alcance dos fins predeterminados. Afirma-se que os problemas necessitam de soluções técnicas e

não políticas. Assim, o poder de decisão passa para as mãos dos “técnicos”, considerados os únicos capazes de decidir, visando ao bem comum, sem se deixar levar pelas paixões políticas.

Como consequência dessa **concepção tecnocrática**, o sistema educacional sofre uma série de transformações, como, por exemplo:

- a escola passa a ser encarada, organizada e administrada como uma empresa. No seu interior, convivem técnicos ou especialistas em educação (que detêm o poder de decisão) e professores (que passam a ser, apenas, executores de tarefas parciais);
- a escola passa a se constituir em um espaço onde se difunde e se produz um **conhecimento neutro**;
- a escola passa a se preocupar com a qualidade do ensino, esta entendida como a capacidade de obter maiores resultados com menores custos.

No Brasil, é a partir de 1964 que se registra uma marcante intervenção do Estado em

todos os setores da sociedade, assumindo a política estatal um cunho “tecnocrático”.¹

A educação dessa fase está orientada por uma concepção pedagógica tecnicista,² adotando o planejamento dessa concepção.

No atual momento de redemocratização da sociedade brasileira, é necessário, professor, recuperar-se, em todos os setores, o sentido original do planejamento – processo dinâmico de reflexão-ação –, para que, no campo da educação, seja possível uma revisão da política educacional a ser expressa em planejamentos coerentes, desde o nível de formulação do Estado até a ação do professor em sala de aula, com vistas a um atendimento de qualidade para toda a população.

Professor, você já havia pensado no planejamento como um processo dinâmico de reflexão-ação? Quando você planeja – em qualquer situação –, você considera os dados da realidade para modificá-la?

¹Na Unidade 2: *A Educação de Adultos no País* foi discutido o contexto político-econômico da época.

²Na Unidade 2 foi discutida a pedagogia tecnicista.

Política Educacional e Planejamento

Comumente se confunde política educacional com planejamento educacional. Assim, professor, é preciso fazer a distinção. Os objetivos de ampliar a escolarização, reformar o ensino, eliminar o analfabetismo são decisões de uma política de educação. Cabe ao planejamento traduzir esses objetivos em termos concretos e operacionalizar seu atingimento em um determinado tempo. O planejamento não pode existir sem uma política, a menos que se reduza a uma ampla programação de recursos financeiros e humanos.

Existem várias concepções que explicam a forma pela qual uma política educacional é definida:

- uma concepção ingênua, que parte do princípio de que a educação tem autonomia suficiente para definir suas próprias metas;

- uma concepção liberal, que parte da idéia de que a política educacional é definida em nome de “todos”, através de um processo democrático; e

- uma concepção realista, que parte do princípio de que a política educacional se insere na política global do país, que é definida por aqueles que detêm o poder na sociedade.

Como vimos no item anterior, o planejamento da educação no Brasil assume, a partir de 1964, um cunho tecnocrático. São os técnicos da Secretaria de Planejamento que definem as prioridades, metas e orçamentos para a educação.

Na década de 70, o Ministério da Educação e Cultura, com o Plano Setorial de Educação e Cultura para o período de 1976–79, volta a definir as linhas gerais a serem seguidas pela educação, que atualmente estão expressas no documento “Educação Para Todos”.

Professor, reflita sobre a situação educacional brasileira. Você conhece a política de educação proposta pelo Governo?

Na Unidade 2, estudamos as relações entre o processo econômico e social brasileiro e o desenvolvimento e organização da educação. Vimos que a educação brasileira foi-se estruturando de acordo com as exigências econômicas que se manifestaram durante a história do País.

Professor, releia a Unidade 2, enriquecendo aquela visão histórica da educação no Brasil com o que vimos até aqui sobre planejamento.

O Planejamento do Ensino

Como já vimos, planejar é próprio do homem.

Independentemente de registrar em cadernos, fichas, ou numa simples folha de papel, todo professor planeja o que irá desenvolver na sala de aula. Assim, quando um professor afirma ser o planejamento dispensável, o que ele está dizendo é que não seria necessário fazer isso por escrito, uma vez que já tem tudo pronto na cabeça.

E você, professor? Qual a sua opinião a respeito? Como você planeja?

Planejar não é apenas registrar atividades a serem desenvolvidas. É, antes de tudo, um processo de conhecer a realidade sobre a qual se vai atuar, propor ações para influir sobre essa realidade, desenvolver as ações propostas e avaliar, permanentemente, seus resultados para a continuidade do mesmo processo (que inclui diagnóstico, concepção, execução e avaliação).

O planejamento realizado pelo professor

constitui-se, assim, em um processo que envolve:

- o conhecimento dos seus alunos (o que eles já sabem, suas experiências de vida, suas expectativas, motivações, etc.);
- a concepção de um projeto educativo ou a sua reformulação;
- a realização de atividades de aprendizagem que respondam ao projeto educativo proposto; e
- a avaliação constante de todas as atividades desenvolvidas.

Nesse sentido, algumas questões são fundamentais. Professor, pense sobre estas que apresentamos adiante:

- Quem são seus alunos? Em que trabalham? O que já sabem? O que esperam aprender?
- Quais são os objetivos da atividade educativa que você vai desenvolver?

- O que você vai ensinar?
- Qual a duração prevista para o curso? De quantas horas de aula os alunos dispõem por dia?
- Como distribuir os conteúdos a serem trabalhados?
- Como você vai ensinar os conteúdos previstos? Que métodos e técnicas vão facilitar seu trabalho? Que atividades irá desenvolver com os alunos? De que recursos materiais você dispõe? Como pode utilizá-los?
- Como será feita a avaliação?

Se estamos comprometidos em recuperar o sentido original do planejamento – refletir sobre a realidade para agir –, essas questões

não podem ser respondidas sem considerarmos:

Para que Ensinar?

Ao estabelecer o que pretendemos alcançar, professor, estamos definindo os objetivos de nossa ação. Objetivos são os resultados que esperamos alcançar no desenvolvimento do projeto educativo.

Nesse sentido, é preciso, ao definir esses objetivos, considerar o grupo de alunos tal como ele se apresenta – com seus limites, seus condicionamentos, sua história de vida. Caso contrário, corremos o risco de transformar o nosso planejamento em um instrumento apenas bem-elaborado, cuja validade está nele mesmo, isto é, um planejamento colocado acima e sobre aquele a quem ele se destina.

A tarefa de definir os objetivos deve envolver, também, os alunos. Participar no processo de definição dos objetivos é importante tanto para o professor quanto para o aluno.

PARA O PROFESSOR

Orienta-o na tarefa de selecionar:

- os conteúdos a serem desenvolvidos;
- os recursos didáticos adequados;
- os procedimentos da avaliação.

PARA O ALUNO

Orienta sua ação no processo educativo, auxiliando-o a organizar seus esforços para atingir o que dele se espera.

Ao formularem os objetivos, os professores deverão estar atentos, também, para que eles sejam:

- claros – todo objetivo deve ser formulado de modo que tenha o mesmo significado, tanto para o professor quanto para o aluno;
- passíveis de realização – os objetivos devem ser formulados, levando-se em consideração as condições do grupo, respeitando-se suas capacidades, interesses e motivações;
- apresentados em termos de ação que descreva uma atividade a ser realizada ou comportamento a ser demonstrado;
- sem detalhes excessivos – os objetivos devem ser redigidos numa linguagem simples, direta e de fácil compreensão;
- passíveis de avaliação – os objetivos devem fazer referência ao conteúdo a ser dominado, indicando qual o comportamento a ser apresentado pelo aluno, de modo a permitir que sejam avaliados pelo professor e pelos próprios alunos.

Muitas vezes, os professores trabalham com programas que apresentam os objetivos já definidos. É o seu caso? Como você incorpora objetivos que atendam às necessidades e expectativas de seu grupo?

O que Ensinar?

Quando o professor está planejando, responde a algumas perguntas-chave que orientam o planejamento.

Assim é que, ao responder a “Para que ensinar?”, está formulando objetivos. A seleção dos conteúdos é feita a partir da pergunta “O que ensinar?”. Conteúdo significa todo o conhecimento a ser transmitido na sala de aula. Abrange tanto o conhecimento acumulado pela humanidade – informações, dados, fatos, princípios, conceitos e **generalizações** das ciências – quanto as experiências que os alunos poderão vivenciar em torno desses conhecimentos. Esse processo de seleção está baseado em alguns critérios, quais sejam:

- Validade – os conteúdos devem ser os mais importantes e significativos para uma determinada realidade e época.
- Flexibilidade – os conteúdos selecionados devem estar sujeitos a modificações, adaptações, renovações e enriquecimentos.
- Significação – os conteúdos devem estar relacionados ao aluno – sua história de vida, suas experiências e motivações.
- Elaboração pessoal – os conteúdos devem possibilitar ao aluno associar, comparar, compreender, selecionar, organizar, criticar e avaliar esses próprios conteúdos.
- Utilidade – os conteúdos deverão guardar relação com as exigências e as características do contexto socioeconômico e cultural do aluno.
- Viabilidade – os conteúdos deverão ser passíveis de apreensão dentro das limitações de tempo e recursos disponíveis.

Esses critérios têm por objetivo facilitar o trabalho pedagógico. Entretanto, professor, conteúdos mais válidos são sempre aqueles que melhor e mais rapidamente levam os alunos a suprir as suas necessidades,

capacitando-os a assimilar aquilo que lhes é mais útil para a vida.

Portanto, não se trata de valorizar o conhecimento como um fim em si mesmo.

No caso da Educação Básica de Jovens e Adultos, os conteúdos devem propiciar aos alunos a aquisição de um saber necessário ao pleno exercício da cidadania, um saber indispensável às suas ações, que vão desde conseguir um emprego até participar de um sindicato ou da organização de um partido político.

Para implementar uma proposta educativa, não basta definir os objetivos e selecionar os conteúdos, é preciso, também, organizá-los.

Geralmente, os conteúdos são organizados em função da própria estrutura da matéria de ensino. Quando isso acontece, dizemos que os conteúdos obedecem a uma seqüência lógica.

Na Unidade 3, *O Processo de Ensino - Aprendizagem do Aluno Adulto*, chamamos a atenção para o fato de que, muitas vezes, o aluno raciocina por uma lógica que não é a do professor. Assim, a **seqüência lógica** de organização dos conteúdos pode não ser a melhor para a aprendizagem do aluno.

Outra forma de organizar o conteúdo é a que tem por base o nível de desenvolvimento intelectual ou cognitivo do aluno.

Nessa forma de organização, corre-se o risco de transpor para o ensino do aluno adulto critérios construídos com base no psiquismo da criança.

Assim, professor, somente você, na relação que estabelece com seus alunos, poderá buscar formas mais eficientes de organizar os conteúdos, considerando, sempre:

- os **conteúdos mínimos universais**;
- as experiências socioculturais do grupo com que será desenvolvida a proposta educativa, seus interesses, necessidades, motivações; e
- as características específicas do grupo a que se direciona a proposta (crianças, adolescentes ou adultos).

Refleta sobre os conteúdos (e sua organização) do programa em que você está atuando. Eles atendem aos interesses, necessidades, motivações e características dos alunos jovens e adultos? Por quê?

Como Ensinar?

Ao fazermos esta pergunta, estamos nos indagando sobre quais procedimentos, métodos e técnicas utilizaremos para criar as condições que melhor propiciem a aprendizagem.

Para alguns autores, as condições que melhor favorecem a aprendizagem são aquelas que criam entre alunos e professores um clima de afetividade, calor, estima, etc. Para outros, entretanto, são os procedimentos didáticos que garantem a aprendizagem.

Certamente, o componente afetivo está presente no processo ensino-aprendizagem. Como, também, é importante que o professor saiba definir e formular objetivos, selecionar conteúdos, utilizar diferentes técnicas de ensino, avaliar seus alunos, etc.

Mas, como diz Cipriano Luckesi, professor da Universidade da Bahia, “decidir o ‘como’ fazer alguma coisa, desvinculado de ‘o que’ fazer, conduz a um equívoco teórico/prático muito grande. Aprende-se o caminho que conduz a algum lugar sem saber para onde ir”.

Então, para buscar procedimentos que facilitem o processo ensino-aprendizagem, é necessário, professor, que se analise o “como” (a forma de ensinar) relacionado com “o quê” (conteúdo a ensinar), o “para quem” (o grupo de alunos) e o “para quê” (os objetivos do ensino).

Não podemos esquecer que um projeto educativo traduz sempre uma concepção de educação, se realiza num contexto socioeconômico e cultural específico e envolve pessoas concretas pertencentes a uma classe social definida na sociedade. Não podemos esquecer, também, que os condicionamentos derivados da classe social repercutem no processo ensino-aprendizagem.

Assim, professor, a opção que fazemos por um método, uma técnica e pela forma de orientarmos as atividades didáticas não pode ser aleatória, e sim relacionada aos aspectos anteriormente mencionados.

Professor, reflita sobre os procedimentos didáticos que você utiliza. Eles atendem às características dos seus alunos?

Para podermos buscar práticas pedagógicas que tornem o ensino mais eficiente, precisamos conhecê-las.

É muito comum confundir método e técnica de ensino.

O método é o modo sistemático e organizado pelo qual o professor desenvolve suas atividades, visando à aprendizagem dos alunos.

Para aplicar o método, o professor se vale de técnicas. Desse modo, técnica é um conjunto de procedimentos didáticos que o professor utiliza para operacionalizar o método.

Por exemplo, o texto é um recurso que o professor pode utilizar para que os alunos aprendam determinado assunto. O estudo através da leitura de textos constitui uma técnica de ensino.

Todas as técnicas têm suas vantagens e limitações. Portanto, não há uma técnica que seja melhor do que a outra.

As técnicas devem variar segundo:

- os objetivos a alcançar – por exemplo, se queremos desenvolver nos alunos a capacidade de análise, podemos utilizar as técnicas de estudo dirigido ou de trabalho de grupo;
- a experiência didática do professor – qualquer técnica só tem êxito quando utilizada com espontaneidade e segurança, isto é, quando o professor sabe exatamente o que está fazendo;
- as características dos alunos – interesses, motivações, necessidades, idade, etc.;
- o tempo disponível para realizá-las – o professor deverá evitar deixar o trabalho pela metade;
- as condições físicas – o professor deverá sempre verificar se possui espaço, recursos, etc.; e

• a estrutura do assunto – cada assunto tem uma estrutura diferente, que exige um tipo de aprendizagem específico. Assim, as técnicas deverão considerar os diferentes tipos de aprendizagem.

Professor, os livros de didática estão cheios de exemplos de técnicas de ensino: trabalho em grupo, estudo dirigido, fichas didáticas, técnica de solução de problemas, etc. Discuta com os seus colegas e alunos a sua validade. Descubra que tipo de aprendizagem elas propiciam e verifique se elas atendem aos interesses e necessidades dos seus alunos.

Como Avaliar?

Professor, a pergunta mais completa seria: "Como avaliar a aprendizagem de seus alunos, de maneira que, concomitantemente, seu ensino seja também avaliado?"

Isso implica uma avaliação participativa, em que professor e aluno diagnosticam o estágio

do processo ensino-aprendizagem em função do que ambos esperam alcançar.

Na prática da avaliação, professor, podem ser utilizados vários recursos, como, por exemplo: provas, testes, pesquisas. Na maioria das vezes, esses recursos vêm servindo, apenas, para dar uma nota, classificar os alunos. Essa função – classificar os alunos (bons ou fracos) – é **estática** e não orienta o professor na tomada de decisões, ou seja, na busca de alternativas para melhorar o processo ensino-aprendizagem.

É preciso que recuperemos a função diagnóstica da avaliação.

Professor, como você avalia os seus alunos?

A avaliação constante realizada conjuntamente pelo professor e o aluno apontará as possíveis falhas no planejamento e fornecerá informações para o progresso do aluno, situando-o no processo ensino-aprendizagem.

O tema avaliação é tão importante e a sua prática vem sendo realizada de uma forma tão equivocada que merecerá um tratamento específico.

A Unidade 11 tratará desse assunto.

O Plano de Aula

O que se apresenta como atividade de planejamento mais comum para o professor, no seu dia-a-dia, é o plano de aula.

Depois de tudo que refletimos a respeito de planejamento, é preciso reconhecer que o plano de aula é apenas uma pequena parte de uma reflexão-ação muito maior que o professor realiza em relação ao projeto educativo que desenvolve com os alunos.

É o plano de aula que concretiza, dia após dia, a intenção de mudança proposta nesse projeto.

Como você, professor, vem organizando o seu plano de aula?

Ao organizar um plano de aula, o professor precisa ter em mente:

- o que será ensinado naquele dia, com que objetivo;
- como será ensinado (a proposta de

atividades, se elas serão feitas individualmente, em grupos, etc.); e

- como será feita a avaliação das atividades.

Professor, é importante apresentar e discutir com seus alunos o seu planejamento de aula. As sugestões deles são ricas e enriquecem o planejamento porque dizem respeito às suas expectativas e necessidades.

Lembre-se de que toda aula está relacionada a uma proposta maior, com momentos anteriores e que terá continuidade em momentos seguintes.

É importante considerar, também, que, embora o plano de aula tenha a função de organizar o seu trabalho de sala de aula, ele não deve ser rígido. O plano de aula pode ser alterado, pois, às vezes, surgem situações imprevistas que não podem deixar de ser incorporadas ao planejamento.

Cabe a você, professor, estar atento para mudar o seu plano de aula, aproveitando o interesse dos alunos dentro do conteúdo previsto para sua aula, ou mesmo fora dele.

As questões que os alunos trazem para a sala de aula podem ser o melhor ponto de partida para o seu trabalho.

Se você, professor, perceber a conveniência, ou os alunos indicarem necessidades

diferentes das previstas para aquela aula, é sempre tempo de mudar. Esteja atento às necessidades de mudança, procurando aproveitar o que está despertando maior interesse nos alunos naquele momento ou naquele dia. O aproveitamento deste tipo de situação, que considera a motivação dos alunos sem, contudo, perder de vista o que se busca, isto é, os objetivos, é a garantia de uma efetiva aprendizagem.

Conclusão

Professor, procuramos apresentar ao longo do texto subsídios para você poder refletir sobre a melhor forma de organizar um planejamento de ensino.

O planejamento não é alguma coisa a ser realizada pelo professor sozinho. Ele é um processo de interação do professor, alunos e todas as demais pessoas envolvidas no projeto educativo.

No caso da educação de jovens e adultos, tem-se a considerar que esses alunos não têm tempo a perder.

Cabe ao professor colocar a serviço desses alunos sua competência, seu preparo para o trabalho e, fundamentalmente, a disposição para construir, juntos, o processo ensino-aprendizagem.

Assim, os professores comprometidos com a educação de jovens e adultos terão no planejamento um grande auxílio para que esses alunos consigam mais. Ao mesmo tempo, a cada dificuldade, os professores planejarão mudanças para que eles aprendam o que querem e precisam aprender.

Você tem tido oportunidade de planejar e acompanhar o desenvolvimento do seu planejamento com o supervisor? Com outros professores? E com seus alunos?

Glossário

Capitalismo – Sistema econômico em que os meios de produção (terras, minas, máquinas, usinas, fábricas) são propriedade privada da classe burguesa (capitalistas).

Concepção Liberal – Doutrina que defende a idéia de que, se os direitos são iguais para todos, o Estado não deve interferir nas relações sociais, econômicas e políticas dos cidadãos. Não deveria criar leis que favorecessem ou protegessem determinados grupos sociais. Assim, através da livre concorrência, se chegaria ao equilíbrio social.

Segundo a pedagogia liberal, a escola prepara igualmente a todos para o desempenho dos papéis sociais, independente de outros fatores, como, por exemplo, as condições socioeconômicas do aluno.

Consulte a Unidade 2: *A Educação de Adultos no País*, para maiores esclarecimentos sobre a pedagogia liberal.

Concepção Tecnocrática – Concepção que se baseia na predominância da técnica como

solução dos problemas da humanidade – os problemas seriam técnicos e não políticos. Tal concepção despreza os aspectos humanos e sociais dos problemas.

Consulte também a Unidade 2 para maiores esclarecimentos sobre a pedagogia tecnicista.

Conhecimento Neutro – Conhecimento que, por ser científico, universal, não difundiria visão de mundo, de sociedade, etc. Em contraposição a essa postura, afirma-se que todo conhecimento contém uma concepção de mundo e que, assim, ao ser assimilado pelas pessoas, vai também formando e reformulando sua concepção de mundo.

Conteúdos Mínimos Universais – Mínimo de conhecimentos de validade universal que devem ser conhecidos por todas as pessoas e que, portanto, devem ser ensinados em todas as escolas. Por exemplo, o conhecimento da leitura e da escrita faz parte dos conteúdos mínimos universais.

Estática – Imóvel; parada; que não se modifica. No texto, a palavra é empregada

Cadernos Cedes, 11, São Paulo, Cedej, 1987.

Neste texto são analisados os processos de avaliação de aprendizagem em termos de tempo e espaço e de acordo com os diferentes tipos de avaliação. São analisados os processos de avaliação de aprendizagem em termos de tempo e espaço e de acordo com os diferentes tipos de avaliação.

para exprimir um tipo de avaliação que não acompanha o crescimento do aluno.

Generalização – Análise pela qual se reconhecem características semelhantes em diferentes objetos, idéias, indivíduos, sociedades, etc.

Idade Média – Período histórico compreendido entre o início do século V (a partir de 400 d. C.) e meados do século XV (por volta de 1450 d. C.).

Trata-se de um trabalho que teve por objetivo analisar os processos de avaliação de aprendizagem em termos de tempo e espaço e de acordo com os diferentes tipos de avaliação.

A didática em questão, de Vera Maria Gomes, Moraes, Petrópolis, 1984.

Este livro reúne os principais trabalhos

Lucro – Benefício, livre das despesas, que se obtém da exploração de uma atividade econômica.

Racionalização – Organização dos elementos de um processo visando a maior eficácia na obtenção dos objetivos.

Seqüência Lógica – Seguimento, série ou sucessão coerente e regular de idéias, conhecimentos, coisas, etc.

Professor,

É importante o envio de suas respostas. Após a correção das atividades respondidas, você receberá, individualmente, observações sobre seu desempenho.

Não interrompa seu curso! Continue respondendo!

Indicação Bibliográfica

- Didática geral, de José do Prado Martins. Atlas, São Paulo, agosto de 1986.

Neste livro o autor aborda a didática e o planejamento de ensino.

O texto está dividido em quatro partes, em duas das quais ele faz considerações sobre a necessidade do planejamento didático e uma abordagem crítica e técnica dos componentes do plano de ensino.

- Planejamento sim e não, de Francisco Whitaker Ferreira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

Este livro se desenvolve num estilo simples e procura se destinar ao leitor que ainda vê a palavra planejamento envolvida em uma certa nebulosa. O autor trata do planejamento, ressaltando que *o difícil não é saber como planejar, mas sim conhecer o que se planeja*.

- Didática moderna, de Egídio Francisco Schmitz. Fundamentos, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1984.

Neste artigo o autor discute a necessidade do

planejamento para a educação. No desenvolvimento do texto ele conceitua o que é planejamento e discute os passos de um planejamento e os seus componentes, abordando também os vários tipos de planos.

- O planejamento educacional e a prática dos educadores, de José Cerchi Fusari. Este artigo foi publicado na Revista Ande, São Paulo, Associação Nacional de Educação, 1984.

O autor neste artigo analisa a questão do ponto de vista daqueles que defendem a elaboração do planejamento de ensino e daqueles que o rejeitam. O autor faz uma análise das diferentes formas que o planejamento de ensino assumiu entre nós recentemente.

Ao resgatar esta história, o autor indica um caminho fértil para uma real integração do trabalho docente com a idéia do planejamento.

- O profissional do ensino – debates sobre a sua formação. Este artigo foi publicado em

Cadernos Cedes, 17, São Paulo, Cortez, 1987.

Neste texto são analisados os movimentos teóricos do pensar a escola e o ensino por ela dispensado e são identificadas suas principais tendências, relacionando-as às idéias sobre a formação dos profissionais do ensino. Situa-se esta análise em duas fases: de meados de 60 até o início dos anos 80, e a década de 80. Recobra-se no texto a trajetória do movimento de formação do educador.

- Didática geral, de Claudino Pilleti. Ática, São Paulo.

Neste livro, o autor aborda a didática e o planejamento de ensino.

No decorrer dos capítulos, é apresentada uma série de alternativas para a atividade docente, apresentando também alguns elementos de reflexão, para ajudar o professor a escolher as alternativas mais adequadas para cada situação.

- O professor como agente político, de Maria Anita Viviani Martins. Edições Loyola, São Paulo, 1984.

Este trabalho resultou da experiência da autora junto à escola de primeiro grau como professora e em contato com professores em formação e com professores em atividades didáticas.

Trata-se de um trabalho que teve por objetivo identificar na prática pedagógica a ação política do professor, o professor como agente político ativo.

- A didática em questão, de Vera Maria Candau. Vozes, Petrópolis, 1984.

Este livro reúne os principais trabalhos apresentados no Seminário A didática em questão, promovido pelo Departamento de Educação da PUC/RJ, em 1982.

O livro traz uma proposta de revisão crítica do ensino e da pesquisa em didática, indicando caminhos para a sua reformulação e para o desenvolvimento da pesquisa na área.

- Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo, de Cipriano Carlos Luckesi. Este artigo foi publicado na Revista de Educação AEC, Brasília, 1986.

O texto trata da avaliação escolar e da teoria e da prática do contexto onde ela se realiza. Nessa perspectiva de entendimento, o exercício da avaliação escolar está a serviço de uma pedagogia que nada mais é que uma concepção teórica da educação e que traduz a concepção teórica da sociedade.

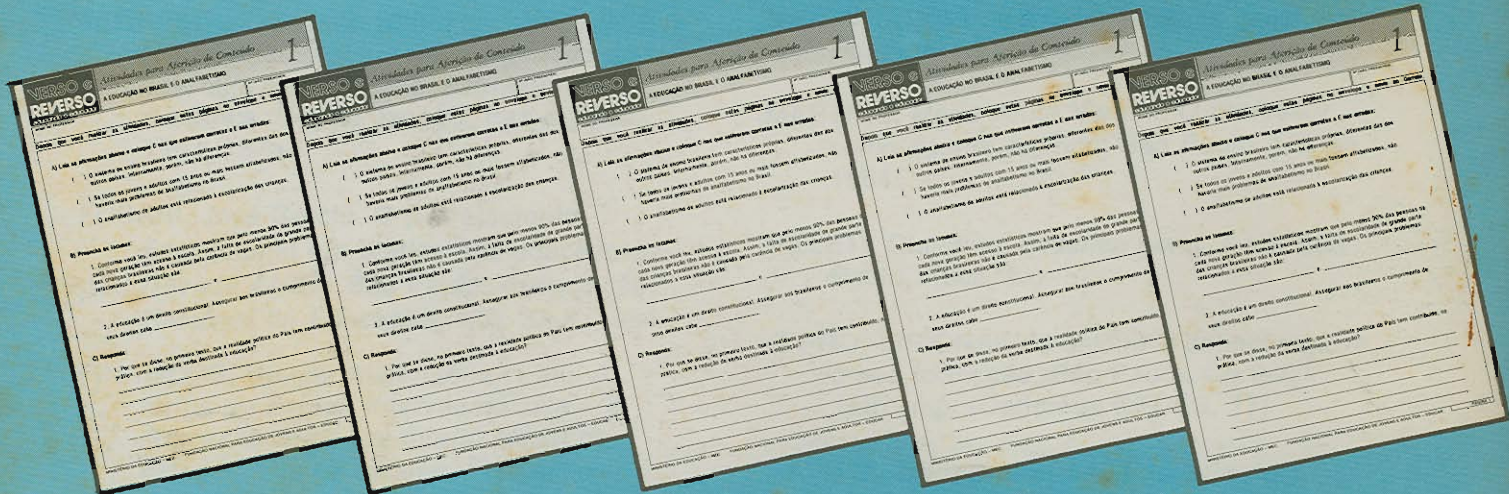
O autor aponta ainda a necessidade de resgatar a função diagnóstica da avaliação, instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia.

Bibliografia

- CANDAU, Vera Maria Ferrão. *A didática em questão*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1984. 114p. (Seminário A didática em questão. Rio de Janeiro, nov. 16-9, 1982).
- FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 157p.
- FUSARI, José Cerchi. O planejamento educacional e a prática dos educadores. *Revista ANDE*. São Paulo, Associação Nacional de Educação, 4(8): 33-5, 1984.
- FINAMORE, Helena Alice Gélío et alii. *A forma de Estado Intervencionista - a educação como um direito social do cidadão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1984.
- FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Princípios norteadores da ação educativa do MOBRAF*. Rio de Janeiro, 1985. n.p. mimeo.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Revista de Educação AEC*. Brasília, AEC do Brasil, 15(60): 23-37, abr./jul. 1986.
- MARTINS, José do Prado. *Didática geral*. São Paulo, Atlas, 1986.
- MARTINS, Maria Anita Viviani. *O professor como agente político*. São Paulo, Loyola, 1984.
- PILLETI, Claudino. *Didática geral*. 6.ed. São Paulo, Ática, s.d.
- O PROFISSIONAL do ensino - debates sobre a sua formação. São Paulo, Cortez, 1987. n.p. (Cadernos CEDES, 17)
- SAVIANI, Dermeval et alii. *Filosofia da educação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985. 239p. (Coleção Educação e Transformação, 6)
- SCHMITZ, Egídio Francisco. *Didática moderna: fundamentos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1984. 166p.

Um dos grandes problemas do ensino por correspondência é o não-envio das respostas dos participantes dos cursos.

Vamos mudar essa situação!



Envie suas atividades respondidas, junto com a ficha de avaliação da Unidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO JOSÉ SARNEY

TUDO PELO SOCIAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Hugo Napoleão

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCAR
Eda Tajra